



URBA- -NISMO E URBA- NIZAÇÃO EM RIBEIRÃO PRETO

História
e Desenvolvimento

Rodrigo de Faria
Ana Luisa Miranda
Helena Rizzatti (orgs)

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo

URBANISMO E URBANIZAÇÃO EM RIBEIRÃO PRETO

História e
Desenvolvimento

Responsável da obra:

Rodrigo de Faria
Ana Luisa Miranda
Helena Rizzatti
(organizadores)

Brasília - DF



2022

©2022 Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.



A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é dos autores.

[1a edição]

Elaboração e informações

Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo
Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências -
ICC Norte - Gleba A. Caixa Postal 04431. CEP: 70842-970.
Brasília - DF, Brasil

Contato: (61)3107-6630 Site: <http://www.fau.unb.br/> E-mail: fau-unb@unb.br

Equipe Técnica

Projeto Gráfico, Capa e Editoração:

Rafael de Oliveira Sampaio

Rafael Goffinet de Almeida

nodoarquitetura.com

Imagem da Capa:

Tony Myiasaka

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Heloiza Faustino dos Santos CRB 1/1913

U72 Urbanismo e urbanização em Ribeirão Preto [recurso eletrônico] :
história e desenvolvimento / Rodrigo de Faria, Ana Luisa
Miranda, Helena Rizzatti (orgs). – Brasília : Universidade de
Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2022.
329 p. : il.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN 978-65-87781-04-4 (e-book)

1. Planejamento urbano - Ribeirão Preto. 2. Urbanização. 3.
Ribeirão Preto - História. I. Faria, Rodrigo de (org.). II. Miranda,
Ana Luisa (org.). III. Rizzatti, Helena (org.).

CDU 711.4(815.6)

Dedicamos este livro sobre a história urbana e a urbanização de Ribeirão Preto à memória de Francisco Carlos Gimenes, o Chiquinho. Por anos e anos, como professor de história do urbanismo, difundiu e compartilhou com profundo afeto toda a sua experiência de vida nesta cidade. Conhecia como poucos seus cantos e seus antros, sua gente, suas ruas, praças e parques. Conhecia e vivia a experiência da vida urbana nesta cidade com a mais profunda integridade, sem medos, sem preconceitos. O coração desta cidade pulsava em seu coração afetivo por esta mesma cidade. Esta cidade era seu habitat natural, cultural, profissional e estético. Ao Francisco, “vida longa e próspera”!

URBA- -NISMO E URBA- NIZAÇÃO EM RIBEIRÃO PRETO

História
e Desenvolvimento

Rodrigo de Faria
Ana Luisa Miranda
Helena Rizzatti (orgs)







CINE SÁ

CINE SA

ETP







das
MÃES

30

ANIVERSARIO

10 dias

10 dias das MÃES





Foto 1 — Rua General Osório, próximo ao Hotel Modelo e Hotel Brazil. No fundo, Av. Jerônimo Gonçalves e Estação da Cia. Mogiana, durante enchente do Ribeirão Preto, em 1927. Data: 07/03/1927. Autoria: Aristides Motta. (Acervo APHRP).

Foto 2 — Ponte da Rua Pernambuco, construção. Início das obras. Data: setembro/1962. Autoria: Foto Miyasaka. (Acervo APHRP).

Foto 3 — p.23_Edifício do Banco Comercial do Estado de SP (em construção), Rua Álvares Cabral e esplanada do Teatro Pedro II. Data: 1960. A direita parte do prédio do Banco Francês Italiano (1923), à frente Edifício Diederichsen onde no térreo o Bar e Restaurante Pingüim em 1943. (R19)

Foto 4 — p.24_Cine São Paulo, fachada na rua São Sebastião e interior do cinema. Data: 1960. O cinema foi inaugurado em 1o de maio de 1937. (R48)

Foto 5 — p.61_Frigorífico Morandi, na rua Municipal. Data: 1956. Matadouro e Frigorífico Industrial fundado em 1946 por Rômulo Morandi e seus filhos Romano, Enzo e Brasilina. (R91)

Foto 6 — p.98_Lojas Americanas, interior. Data: 1960. A empresa foi fundada pelos americanos John Lee, Glen Matson, James Marshall e Batson Borger. A primeira loja no Brasil foi inaugurada em 1929, na cidade de Niterói (RJ), com o slogan “Nada além de 2 mil réis”. (R123)

Foto 7 — p.71_Sociedade Recreativa e centro da cidade - vista aérea. Data: 1960. Em primeiro plano prédios e campo de futebol da Recreativa. A médio plano Praça Camões, Catedral e Praça da Bandeira. À esquerda complexo da Cia. Mogiana. (R553)

Foto 8 — p.58_Residencial Indaiá na Av. Meira Júnior, vista aérea. Data: 1960. A rua em diagonal é a João Bim e a rua à esquerda é a Tereza Cristina; no fundo o bairro Campos Eliseos. (R001)

IMAGENS DE CAPA, EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA E ABERTURAS DE CAPÍTULOS

Fotografias de Tony Miyasaka cedidas e editadas a partir do livro:

MIYASAKA, T K M; MYIASAKA, E L (org.). Ribeirão Preto pelo olhar de Tony Miyasaka. São Carlos: UFSCar, 2021. Acessível em: <https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/ribeirao-preto-pelo-olhar-de-tony-miyasaka.pdf>




Tony Miyasaka foi um exímio fotógrafo que durante décadas fez registros da cidade Ribeirão Preto e da sua população, trabalhando em diferentes frentes, desde registros de casamentos até reportagem fotográfica e também como professor. Seleccionamos algumas fotografias presentes no livro “Ribeirão Preto pelo olhar de Tony Miyasaka” para homenageá-lo e pela unicidade de tais registros para compreender o urbanismo e a urbanização dessa cidade que acolhe, acolheu e acolherá aos autores e autoras desse conjunto de textos.

RIBEIRÃO PRETO NOS SÉCULOS XIX E XX: HISTÓRIA, URBANISMO E URBANI- ZAÇÃO

parte a

PREFÁCIO — Tania
Registro, *p.18*



**INTRODUÇÃO. PENSAR
(SOBRE) RIBEIRÃO PRETO:
UM PROJETO COLETIVO**
— organizadores, *p.22*

**A EXPANSÃO DE RIBEIRÃO
PRETO A PARTIR DO NÚCLEO
COLONIAL ANTÔNIO PRADO
EM 1887 E O INÍCIO DE UMA
GEOGRAFIA URBANA** —
Adriana Capretz Borges da
Silva Manhas, *p.28*

**A ATUAÇÃO DE ANTONIO
DIEDERICHSEN NO INÍCIO DO
PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO
EM RIBEIRÃO PRETO: EDIFÍCIO
DIEDERICHSEN (1934-1937) E
HOTEL UMUARAMA (1947-1951)**
— Tatiana de Souza
Gaspar, *p.52*

**URBANISMO E POLÍTICA
EM RIBEIRÃO PRETO: ENTRE O
PLANO DIRETOR DE 1945 E AS
IDEIAS URBANÍSTICAS DE JOSÉ
DE OLIVEIRA REIS EM 1955** —
Rodrigo de Faria, *p.88*

RIBEIRÃO PRETO NO SÉCULO XX: PLANEJA- -MENTO E POLÍTICA URBANA

parte b

**A COHAB-RP NA PRODUÇÃO
DO ESPAÇO URBANO EM
RIBEIRÃO PRETO (SP) — Danilo
Brich dos Santos, *p.128***

**A PRODUÇÃO URBANA
DE RIBEIRÃO PRETO: O CASO
DO SETOR SUL — Débora
Prado Zamboni, *p.154***

**O PROCESSO DE
APROVAÇÃO DO PLANO
DIRETOR DE 1995 COMO
MARCO DE ALTERAÇÕES
SIGNIFICATIVAS NA FORMA
DE PLANEJAR RIBEIRÃO
PRETO — Vera Lucia Blat
Migliorini, *p.190***

RIBEIRÃO PRETO NO SÉCULO XXI: PLANEJA- -MENTO ESTRATÉGICO, PERIFERI- ZAÇÃO E METRO- POLIZAÇÃO

parte c

**PROJETO RIBEIRÃO PRETO
2001: O LUGARDO ESTADO
NO PLANO — Carolina
Margarido Moreira, *p.226***

**URBANIZAÇÃO
CORPORATIVA DE RIBEIRÃO
PRETO (1990-2020): PERIFERIA
URBANA E MOVIMENTOS
SOCIAIS — Helena
Rizzatti, *p.270***

**URBANIZAÇÃO E
METROPOLIZAÇÃO NA REGIÃO
DE RIBEIRÃO PRETO — Ana
Luisa Miranda, *p.304***





**RIBEIRÃO
PRETO NO
SÉCULO XXI:
PLANEJA-
-MENTO
ESTRATÉGICO,
PERIFE-
RIZAÇÃO E
MÉTRO-
POLIZAÇÃO**

**URBANIZAÇÃO
CORPORATIVA DE RIBEIRÃO
PRETO (1990-2020): PERIFERIA
URBANA E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Helena Rizzatti

APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, analisa-se o processo de urbanização corporativa de Ribeirão Preto, com destaque para a intensa ampliação da periferia urbana, desde os anos 1990 até os dias atuais, período marcado pelo ingresso da política econômica neoliberal no país. Durante essas três décadas, as ocupações dos “vazios urbanos” existentes no município, por meio das favelas e de ocupações de terras, se destacaram na cidade, além dos movimentos sociais urbanos que as organizam. Assim, esses movimentos são importantes agentes formadores do espaço urbano. Para cada década, foi destacada uma organização, que teve grande importância nessa formação, são elas: o Movimento de União dos Sem-Teto (MUST), organizado a partir do Jardim Progresso, no final dos anos 1990, finalmente regularizado em 2019; o Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR), fundado em 2004, e selecionado pelo Programa Federal Minha Casa, Minha Vida - Entidades, em 2016; e a União dos Movimentos de Moradia (UMM), que iniciou suas ações na cidade em 2012 e conseguiu, em 2019, ampliar a lista de assentamentos irregulares que entrariam na categoria de Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb-S) a partir da nova Lei federal n. 13.465, de 2017, e seu desdobramento, no âmbito municipal, por meio da Lei Complementar n. 2.858, de 2018.



Busca-se demonstrar, neste texto, a importante disputa entre os rumos da urbanização corporativa que esses movimentos são capazes de instituir e as vitórias, mesmo que limitadas, que suas lutas conseguiram alcançar no período abarcado.

INTRODUÇÃO¹

Ribeirão Preto é uma cidade com aproximadamente 710 mil habitantes, (IBGE/2020 - estimativa) classificada como Capital Regional A (2A), na rede urbana brasileira (Regic, IBGE, 2018)²; localizada a 315 quilômetros de distância da capital do Estado de São Paulo, sede da mais recente Região Metropolitana instituída no mesmo estado e principal área de produção de cana-de-açúcar e etanol do Brasil e do mundo (FAPESP, 2016)³. Ou seja, trata-se de um importante nó da rede urbana paulista com atividades econômicas que atendem aos interesses da burguesia nacional. Contabiliza, ainda, o 10º maior Produto Interno Bruto (PIB) estadual e o 24º nacional (IBGE, 2015)⁴. Concomitantemente, há 87 assentamentos precários, que somam 9.734 domicílios, equivalente a 4% do total de domicílios do município, segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social (2021)⁵.

Desde os anos 1990, com relativo arrefecimento, na primeira década do século XXI, as ocupações urbanas destacam-se como importante estratégia de luta dos movimentos sociais urbanos, em âmbitos municipal e nacional, para sustentar a população de baixa renda, atingindo o seu ápice, em Ribeirão Preto, na década de 2010 (RIZZATTI, 2020). Expressão e resultado da crise político-econômica pela qual passa o

1 Parte do conteúdo apresentado neste texto compõe o capítulo intitulado “Pobreza urbana estrutural em Ribeirão Preto/SP (1970-2019)” da tese de doutorado da autora (RIZZATTI, 2020).

2 O capítulo com autoria de Ana Luisa Miranda, que consta neste livro, explica um pouco desse estudo e se debruça sobre a análise de Ribeirão Preto e sua rede urbana.

3 Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/fronteiras-do-etanol-de-cana-de-acucar/27834/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

4 Segundo série histórica do IBGE, desde 2010, o município de Ribeirão Preto variou entre o 10º e o 11º lugares no Estado e entre o 24º e o 29º no país, entre os anos de 2010 e 2015, dentre os municípios com os maiores PIBs do país. (Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama>. Acesso em: 9 jul. 2018.)

5 Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/files/splan/planod/plano-plhis-anexo.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

país, e aprofundada pelo questionável *impeachment* presidencial de 2016, a cidade viu duplicar o número de ocupações urbanas em terrenos “vazios”⁶, desde 2014 (GASPAR; MIRANDA, 2016).

Nessas três décadas, destacaram-se também três diferentes movimentos sociais urbanos, na luta pela moradia em âmbito municipal: o Movimento de União dos Sem-Teto (Must), que se constituiu na maior ocupação urbana da cidade, iniciada em 1996, denominada Jardim Progresso; o Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR), fundado em 2004, que realizou ocupações no seu início e hoje luta para conseguir construir as 320 unidades habitacionais já sancionadas pelo Programa Federal Minha Casa, Minha Vida - Entidades; e a União dos Movimentos de Moradia (UMM), que chega na cidade, vinda da capital estadual, na década de 2010; realizou um conjunto de novas ocupações e fortalece a luta por moradia.

Para percorrer esse trajeto, será exposta, inicialmente, a fundamentação teórica, seguida da análise do processo de urbanização de Ribeirão Preto, subdividido por década, com destaque para a atualização dos dados que exprimem a situação das crises habitacional e urbana vividas na cidade e para o movimento social que mais marcou cada década.

URBANIZAÇÃO CORPORATIVA BRASILEIRA, PERIFERIA URBANA E OCUPAÇÕES DE TERRAS: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS



272-273

No Brasil, as médias e grandes cidades e as metrópoles engendram malhas urbanas difusas, espraiadas, sofrendo rápido e descuidado aumento de seu perímetro urbano no intuito de: i) viabilizar os interesses de especuladores imobiliários, haja vista a sobrevalorização de frações do espaço urbano, com a instalação de condomínios e loteamentos fechados, *shopping centers*, comércios, entre outros; ii) facilitar a implantação de grandes empresas, por meio de incentivos fiscais, deixando em segundo plano o atendimento às necessidades da população e, principalmente, dos pobres urbanos, que se veem obrigados a buscar as terras distantes da malha urbana e/ou áreas de risco para construir suas residências, constituindo favelas, loteamentos clandestinos e ocupações urbanas, denominadas assentamentos precários, possíveis, em grande medida, pela organização da população nos movimentos sociais urbanos.

⁶ Tais terrenos, majoritariamente, atendem aos interesses da especulação imobiliária, por isso, o uso das aspas.

Todas essas ações são corroboradas pelo Estado, nas suas diferentes instâncias (CORRÊA, 2000) pois, ainda que haja disputa dentro dele, vê-se uma constante coadunação do poder público com os interesses corporativos. Chamamos esse processo de urbanização corporativa, definida, por Milton Santos (2008, p. 119-120), como um fenômeno no qual:

as cidades são, de um lado, os elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é, as grandes empresas e o Estado. Por isso, devem ser localmente equipadas para o exercício dessa vocação 'nacional', indispensável à realização do modelo nacional adotado. [...]. As atividades não-hegemônicas são, em geral, deixadas à 'espontaneidade' do mercado. De um ponto de vista político, as atividades centrais, isto é, programadas como condição de êxito para o projeto nacional, são as que interessam ao próprio Estado e às corporações. Essas atividades *centrais* se dispõem em rede e sistema, interessando à totalidade dos núcleos urbanos, não importa onde estejam localizados. É nesse sentido que podemos falar de uma *urbanização corporativa* (grifos no original).

Nesse processo de construção e revalorização do espaço urbano, aprofundam-se as condições de crise que estruturam as cidades brasileiras: concentração de renda; concentração fundiária; escassez de terras para moradias populares; acentuada especulação imobiliária; concentração e controle da informação; desemprego; reduzida mobilidade; falta de serviços básicos; e precarização daqueles serviços existentes; entre outros fatores. A periferização, fenômeno constituído pela fragmentação e segregação urbana, retroalimenta o empobrecimento da população, intensifica-se e atualiza-se (RODRIGUES, 1988; SANTOS, 2009).

O termo periferia urbana é entendido nesse texto como relativo à "ausência de acessibilidade e dotação de bens e serviços [...] [e não necessariamente à] distância física do centro" (SANTOS, 2009, p. 36). Compreensão válida também para a população de baixa renda residente nas áreas centrais da cidade que, embora esteja próxima desses bens e serviços, muitas vezes, não tem acesso a eles. As diversas formas que essa periferia possui (favelas; loteamentos clandestinos; ocupações; palafitas; etc.), resultam de diferentes momentos da urbanização corporativa que exigiram diversificação nas estratégias para sobreviver e contrarrestar tal

processo pela população que nela vive. Como escreve M. Santos (1999, p. 22), “enfrentemos a forma a partir do seu conteúdo renovado. E aí também vem a esperança de que se use de outra forma a cidade”.

Não se deve simplificar que a periferia urbana é uma forma-conteúdo que evolui linearmente, tendendo a homogeneizar frações do espaço e da sociedade. Trata-se, na verdade, da existência complexa de diversas formas-conteúdo, que coexistem ao longo do tempo, de maneira solidária e conflituosa. Resultam, entre outros fatores, de diferentes normas do planejamento urbano que, historicamente, forçam a adaptação da cidade às mudanças do modo de produção e, concomitantemente, resultam em diferentes estratégias elaboradas pela sociedade para adaptar-se, reinventar-se, resistir e sobreviver.

As ocupações urbanas são formas-conteúdo que se destacam nessa luta, em âmbito nacional, no final do século XX. Como escrevem Nabil Bonduki e Lucio Kowarick (1988), analisando essa nova forma da periferia, especificamente na cidade de São Paulo:

As invasões/ocupações organizadas de terra surgem a partir de 1981, marcando um novo quadro da situação habitacional em São Paulo no qual para os trabalhadores de baixa remuneração é cada vez mais difícil adquirir um lote periférico e ingressar no longo e desgastante processo de autoconstrução. Ao mesmo tempo que a “opção periférica” fica mais distante, o desemprego e a queda do salário real impossibilitam o dispêndio mensal com o aluguel, levando milhares de pessoas a terem que encontrar uma solução habitacional que não implicasse em qualquer custo monetário. As favelas, ocupações espontâneas de terra, que já vinham crescendo significativamente em São Paulo desde meados da década de 1970, tornam-se insuficientes para abrigar uma grande massa de trabalhadores sem opção de moradia. É neste quadro que as invasões/ocupações organizadas de terra ganham grande impulso, *revelando um grau de mobilização e organização popular anteriormente desconhecido das lutas urbanas de São Paulo e que somente pode surgir em função da existência de núcleos de aglutinação popular nos bairros periféricos formados no período anterior* (BONDUKI; KOWARICK, 1988, p. 160 e 161, destaque da autora).



274-275

Trata-se de uma forma-conteúdo da periferia caracterizada pela

rápida ação de construção de moradias, majoritariamente em terrenos públicos, mas também em terrenos privados, dentro do perímetro urbano, pela população de baixa renda, e possível por um planejamento prévio para a escolha do local, do momento e da forma como ocorrerá a ocupação. Assim, exige-se planejamento para construí-la e mantê-la por meio de novos usos dados aos objetos e às ações que compõem o espaço urbano. Como escreve Arlete Moysés Rodrigues (1988, p. 14) “as ocupações de terra que ganharam maior expressão nesta década [1980] permitem ver com clareza, num curto espaço de tempo [...] o processo de organização e a produção da cidade e da cidadania, na medida em que é um processo que se expressa conflitantemente”.

A diferença entre favelas e ocupações urbanas calca-se no planejamento das ações de ocupação e na sua realização coletiva e não individualizada nos núcleos familiares.

Esses ‘territórios dissidentes’, as ‘ocupações’, são, muitas vezes, ao mesmo tempo, espaços de experimentação sociopolítica (novas relações de poder, menos ou mais horizontais e anti-heterônomas)⁷, político-cultural (cultura desalienante, arte engajada, novas formas de socialização) e econômica (circuitos da economia popular-solidária) (SOUZA, 2011, p. 157-158) - grifos nossos.

Pode-se, ainda, diferenciar as ocupações de terras urbanas por meio da luta pela moradia travada a partir dos loteamentos irregulares ou clandestinos, posto que esses últimos enfatizam essa luta pela regularização do solo (seja no âmbito do loteamento ou dos lotes).

[...] a mobilização das classes populares em torno da luta pela terra [urbana] assume duas dinâmicas: numa primeira, os moradores dos loteamentos visando a regulamentação e legalização das áreas, para obter a propriedade e os serviços públicos urbanos; numa segunda dinâmica, os movimentos dos favelados na luta pela posse de terra e, mais especificamente, as ocupações massivas e organizadas exigindo do Estado respostas e soluções que variam de acordo com os interesses políticos em jogo (JACOBI, 1982, p. 53).

7 No sentido de manterem a autonomia.

Considera-se importante destacar essas diferenças, com o intuito de evidenciar o desenvolvimento de novas e diferentes estratégias de luta social, demonstrando que esta não é estagnada e reage às mudanças do processo de urbanização. Apesar disso, no decorrer deste texto, há momentos nos quais todas essas formas são consideradas conjuntamente e, em outros, distingue-se umas das outras para algumas reflexões.

A periferia urbana, nas suas diversas formas-conteúdo, é uma importante faceta da urbanização corporativa, desvelando como, à revelia dos chamados “espaços luminosos” – pequenas áreas urbanas com alta densidade técnica e informacional (SANTOS, 2017) –, constituem-se grandes áreas com rarefação desse meio, compostas majoritariamente por infraestruturas antigas, os denominados “espaços opacos”. Assim, esses disputam os rumos da urbanização corporativa (RIZZATTI, 2020).

Essa disputa é intensificada por meio dos movimentos sociais, ao redor da luta por moradia e da reforma urbana. Com base em Regina Bega dos Santos, compreende-se movimento social como a organização de determinado coletivo ou grupo, que realiza ações a partir da conscientização de possibilidades latentes, que permitam tal organização (SANTOS, 2004). Esses movimentos são, pois, agentes constituidores do espaço urbano e capazes de tensionar o processo de urbanização corporativa, como se evidenciará, em Ribeirão Preto, a partir do Movimento de União dos Sem-Teto (Must), na década de 1990, do Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR), nos anos 2000, e da União dos Movimentos de Moradia (UMM), a partir de 2010.



276-277

O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO NA DÉCADA DE 1990: O JARDIM PROGRESSO E O MUST

Marcar os anos 1990 para iniciar a análise proposta é essencial, pois, como foi constatado em diversos estudos (ELIAS, 2003; FERNANDES, 2004; SILVA, 2004; PIRES, 2004; LAURENTIIS, 2010), é a década de maior crescimento da população pobre da cidade em números absolutos. Apesar de muitos eventos geográficos⁸, que o delimitam, já terem

⁸ Os eventos geográficos são ações que resultam de algum tipo de planejamento. Não se trata do planejamento estatal ou econômico, mas são ações que precisam ser pensadas, e calculada previamente a sua efetivação, e que marcam o tempo-espaço (SANTOS, 2017). Os eventos são, assim, acontecimentos de menor ou maior escala, porém, com capacidade de permitir as leituras de elementos que

começado a se constituir no município, anteriormente, é a partir dos anos 1990 que ganham densidade no tecido urbano.

A atualização do processo de urbanização corporativa, na última década do século XX, que apresenta como um dos seus pilares o discurso do empreendedorismo urbano, fomentando a intensa revalorização do solo urbano, tem como principal exemplo, na cidade de Ribeirão Preto, a zona sul. Nessa área da cidade, destaca-se a Avenida Professor João Fiúsa, protagonista desse processo de revalorização, com a implantação de condomínios residenciais verticais de luxo, no final na década de 1990 (GOMES, 2011).

E continua com a intensa expansão dos condomínios horizontais de luxo e loteamentos fechados, principalmente a partir do século XXI, com dois *shopping centers* e uma universidade privada, que fomentaram uma nova centralidade nessa área, no final dos anos 1990. O aprofundamento da pobreza gerado por essa política urbana resultou em crise habitacional no município, que se mantém até hoje, e tem, nas ocupações de terras, a forma-conteúdo que marca esse momento do processo de periferização.

Foram definidos os seguintes eventos geográficos da urbanização corporativa na década de 1990: o crescimento exponencial dos núcleos de favelas (chegando a 32, no início dos anos 2000); o início das ocupações de terras urbanas, com destaque para a maior delas, o Jardim Progresso, iniciada em 1996; e a intensa revalorização imobiliária do eixo sul, a partir da Av. Prof. João Fiúsa e Av. Presidente Vargas, que constituem a principal centralidade dessa parcela da cidade.

Quanto ao papel do Estado, houve a instituição do primeiro Plano Diretor (após a Constituição Federal de 1988, que os tornou obrigatórios), em 1995, com efeitos no processo de aumento do preço do solo urbano; e a elaboração do projeto “Ribeirão Preto 2001 – Ação Estratégica para o Desenvolvimento”, apresentado em 1996, o qual, embora parcialmente implantado, delimitou diretrizes que influenciam o planejamento urbano municipal até hoje.

O Plano Diretor de Ribeirão Preto (Lei Complementar n. 501) implantado em 1995, durante o primeiro mandato do prefeito Antônio Palocci Filho (PT/1993-1996), instituiu a expansão do perímetro urbano, ultrapassando, praticamente pela primeira vez na história da cidade, a área delimitada pelo Anel Viário, construído a partir do Plano de Vias de 1960.

Essa expansão ocorreu tanto no sentido norte, implantando grandes conjuntos habitacionais, além do limite do Anel Viário; quanto na direção sul, com os condomínios e loteamentos fechados, que começam a ser instalados nessa área nos anos 1990. Para tal, são mantidos diversos terrenos “vazios” e ociosos próximos à malha urbana - ação pilar da urbanização corporativa.

Em outros capítulos deste livro são apresentadas análises detalhadas do planejamento e da política urbana de expansão das residências da população de alta renda, no eixo sul. Neste capítulo, foca-se na expansão da pobreza urbana, em Ribeirão Preto, entre 1990 e 2020.

O pesquisador José Manuel Pires (2004) faz uma síntese com importantes dados para a década de 1990:

Observa-se, nos anos 1990, um incremento de 45,92% no percentual de pobres, de 5,88% para 8,58%, o que equivale a um aumento de quase 18.000 pessoas na cidade vivendo abaixo da linha de pobreza fixada pelo IBGE/Pnud. Vale dizer, aumentou de 25.356 para 43.322 o número de pessoas sobrevivendo com uma renda *per capita* de até R\$ 75,50 (equivalente a meio salário mínimo em agosto de 2000). Infelizmente, trata-se aqui de um fenômeno generalizado no Estado de São Paulo, conquanto a evolução desfavorável desse indicador tenha sido cada vez mais significativa em Ribeirão Preto do que na média do Estado. Todavia, cabe apontar que, a despeito desse desempenho insatisfatório, Ribeirão Preto ainda se situava, em 2000, entre os municípios com menor percentual de pobres - vigésimo-sétimo lugar entre as 645 cidades paulistas (nono lugar em 1991) (PIRES, 2004, p. 20).



278-279

As ocupações, de modo geral, datam da década de 1980, porém, no caso de Ribeirão Preto, intensificaram-se a partir de 1990. A maior delas e mais conhecida é a ocupação do Horto Florestal que, após projeto de urbanização, recebeu o nome de Jardim Progresso (ADAS, 2003; GASPARI; MIRANDA, 2016) e foi regularizada, em 2019 (RIZZATTI, 2020). O bairro localiza-se no setor oeste da cidade⁹. Ocorrem, ainda, durante toda a década, diversas ocupações, com destaque para a área

9 Essa setorização do município foi instituída oficialmente por meio do Decreto Municipal n. 333, de 1983. No capítulo de autoria de Débora Zamboni, neste livro, é detalhada essa regionalização.

do aeroporto (que contabilizou, em 2001, oito delas), além dos arredores dos maiores conjuntos habitacionais. Ou seja, localizadas principalmente no setor norte, intensificando o direcionamento dos espaços opacos mais recentes para a área do aeroporto.

Esses grandes movimentos de ocupação denunciam, a nosso ver, dois elementos: a crise econômica dos anos 1990, relativamente maquiada pela mídia hegemônica brasileira, devido ao processo de neoliberalização que ocorria no país, comandado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB/1995-1998 e 1999-2002) (SILVEIRA, 2008); e o fortalecimento do movimento social em âmbito nacional, devido à luta pelo fim da Ditadura Militar e a profunda crise habitacional resultante das políticas efetivadas por esse Regime, que levaram à construção do movimento pela Reforma Urbana - responsável pela importante inserção da política urbana na Constituição brasileira de 1988, e sua regulamentação pelo Estatuto da Cidade, em 2001¹⁰.

Assim, os movimentos sociais, além de basearem a luta em argumentos legais, em prol de suas ações, demonstrando conhecimento do arcabouço jurídico, também conseguem instalar as famílias de baixa renda, algumas vezes, em lugares mais estratégicos do que os ocupados pelas favelas. Pelo que observamos, essa importante estratégia de ocupação de terrenos vazios e ociosos fortaleceu-se novamente na cidade, na década de 2010, quando dobrou o número de ocupações no território ribeirão-pretano (RIZZATTI, 2020).

Ademais, as ocupações foram e seguem sendo um importante celeiro de formação de lideranças para todo tipo de luta social, com destaque para as lutas por moradia. Segundo Sérgio Adas (2004), foi a partir dessas importantes ocupações que se constituiu, em 1997, o Movimento Regional dos Sem-Teto (MRST) que depois passou a ser denominado Movimento dos Sem-Teto da Região de Ribeirão Preto (MSTR). Além deste, na própria ocupação do Jardim Progresso, germinou a semente do Movimento de União dos Sem-Teto (MUST) (Oliveira, 2005).

Em dissertação sobre a atuação desse movimento urbano em Ribeirão

¹⁰ O Estatuto da Cidade pode ser considerado uma vitória parcial, do movimento pela Reforma Urbana, mas, ainda assim, uma vitória, ao demonstrar o conhecimento do planejamento urbano por parte dos movimentos sociais na luta pela moradia, que passaram a estudar as áreas da cidade para ocupar pontos estratégicos, selecionando majoritariamente terrenos que acumulam dívidas públicas e não cumprem com a função social da propriedade.

Preto, Valdeir de Oliveira (2005) descreve a importância do Must para a formação de líderes na luta pela moradia:

Todas as conquistas referentes à urbanização da área [do Jardim Progresso] tiveram como meio de interlocução o Must. Nas assembleias, que aconteciam ordinariamente todos os meses nas casas de representantes da ocupação, a população do Horto Municipal pode experimentar uma nova forma de participação política, onde todos possuíam o direito de expressar suas opiniões e decidir sobre as prioridades do bairro. Os efeitos dessa experiência ganham visibilidade quando constata-se que a grande maioria das pessoas que participaram ativamente do Must ainda continuam de alguma forma no movimento em favor da moradia (OLIVEIRA, 2005, p. 88, destaques da autora).

A história do Jardim Progresso não pode ser dissociada dos movimentos sociais, que constantemente estiveram presentes nas diversas e longas lutas necessárias até atingir a regularização fundiária, no ano de 2019 (RIZZATTI, 2020)¹¹. Desde a presença do então recente MTST, no início da ocupação, até a constituição do Must, durante a continuidade dela. Para seguir essa análise, retomamos, na sequência, o processo de periferização, na primeira década do século XXI, na cidade, e o MLNR.

280-281

A PERIFERIZAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO NA DÉCADA DE 2000: LOTEAMENTOS, PROGRAMA MCMV - ENTIDADES E O MLNR

Destaca-se, no processo de urbanização dos anos 2000, em Ribeirão Preto, a continuação do empobrecimento da população urbana, mas em ritmo inferior às décadas anterior e posterior. A partir do começo do século atual, as estratégias de aumento do preço da terra urbana, que se iniciaram na segunda metade dos anos 1990, concretizam-se com a instalação dos condomínios horizontais, na zona sul, desde a Av. Prof. João Fiúsa, com a implantação de prédios tecnológicos e parques urbanos.

11 Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/1520-familias-do-jardim-progresso-e-do-jardim-monte-alegre-recebem-titulo-de-regularizacao-fundiaria>. Acesso em: 23 set. 2019.

Ao mesmo tempo, forma-se um importante movimento de moradia, o Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR), deflagrando a crise habitacional na qual a cidade já estava inserida desde a década anterior. Destaca-se, também, a constituição da região do aeroporto como o mais recente eixo de periferização, contando com, pelo menos, oito núcleos de favela e ocupações nos seus arredores, já em 2001 (RIZZATTI, 2020).

Importante evento geográfico que marca a década de 2000 se deve à alta quantidade de loteamentos aprovados pelo poder público – a segunda maior de toda sua história urbana, ficando atrás apenas dos anos 1950. Foram aprovados e implantados 77 loteamentos, nos anos 2000, enquanto, em 1950, foram 89. Esse grande número de loteamentos, principalmente até o ano de 2009, atendeu à implantação dos condomínios horizontais na região sul (FIGUEIRA, 2013; GOMES, 2011; ZAMBONI, 2018), esgarçando a malha urbana.

Outro evento que marca a década em análise é a formação do Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR). Trata-se de um importante movimento de luta por moradia da cidade que, hoje, está na iminência de iniciar a construção de dois conjuntos habitacionais, dentro do Programa Federal MCMV – Entidades, que serão os únicos nessa categoria do programa no município.

Em entrevista, uma das principais lideranças do MLNR relatou o início do movimento da maneira como consta no Quadro 1.

O movimento teve início em 2004, devido ao grande contingente populacional sem acesso à moradia, ou à moradia com qualidade. As pessoas utilizaram a ocupação de terrenos “vazios” como estratégia para chamar a atenção para a questão e alcançaram o objetivo. Consideramos que esse é o processo de formação dessas lideranças, pois, a partir dessas ações, conseguiram conhecer o Ministério das Cidades; compreender melhor a política de habitação do país; os tipos de programas que existem; e como participar deles. E atingiram o que seria, a nosso ver, o ápice da vitória desses movimentos no período atual: o Programa MCMV – Entidades.

Tal compreensão deve-se à considerável qualidade dessa parcela do programa federal. Como aponta Nicolaas (2017), em estudo específico sobre essa modalidade do programa, na categoria Entidades é respeitado o direito à moradia digna. Trata-se de um programa de produção habitacional que se preocupa com as particularidades de cada família e é realizado com qualidade construtiva, posto que, parte da verba

O Movimento Livre nasceu de uma ideia minha e de um pastor evangélico chamado José Caçula, em 24 de maio de 2004. A gente visitando famílias no Jardim Progresso, vendo a situação que elas viviam, a gente não achou bacana. E na frente dessa casa que fomos visitar tinha um terreno grande que era denominada como 'João Sujo' hoje mais conhecido como Ocupação Portelinha. Dali pra cá, a gente começou a reunir um grupo de 40 pessoas, mais ou menos, pra fazer uma ocupação. De maio até 1o julho, que foi o dia que fizemos a nossa primeira ocupação, porque era época de registro de candidatura do prefeito. A gente achou que fazendo a ocupação naquela data a gente não sofreria reintegração de imediato. Começamos ali com 48 famílias às 6 horas da manhã, por volta das 4 da tarde a gente já tinha ocupado 17 áreas do Município e 2 do Estado, com 1.584 famílias. E ficamos. Resistimos na ocupação por 4/5 dias, aí o prefeito, na época era o Gilberto Maggioni [PT], chamou a gente pra conversar, conversamos, nos propomos a acabar com as ocupações porque, na verdade, o que a gente queria mesmo era protestar pela falta de moradia que tinha na cidade. *Naquela época, o déficit habitacional já era grande, não era como é hoje, mas já era bem grande. E, naquela época, conseguimos o que a gente queria, protestamos, trouxemos o Conselho Municipal de Moradia [Popular] de volta.* Em 2004 mesmo, fomos em Brasília, já perto do final do ano, na Secretaria Nacional de Habitação, que na época o secretário era o Jorge Hereda, conhecemos os programas que tinham pra habitação. Não tinha o Minha Casa, Minha Vida ainda, eles estavam desenvolvendo isso naquela ocasião, e conhecemos vários programas de habitação. Trouxemos pra Ribeirão, conversamos com o prefeito, o prefeito nos ajudou, indicamos algumas famílias pra dois condomínios que tinham em Ribeirão que era o Leo Gomes e o Parque do Sabiá e nasceu aí o movimento. De lá pra cá, a gente começou a se fortalecer, trazer mais associado, agora, no ano de 2013, nós viramos entidade. Fizemos uma parceria com a Federação Nacional das Entidades dos Correios e Telégrafos (Fenatec) e viramos entidade. Hoje somos uma entidade constituída e habilitada no Ministério da Cidade e estamos em vias de dois projetos de 160 unidades [cada] que está no Ministério da Cidade pra publicação. Esses conjuntos habitacionais são para serem construídos no Heitor Rigon, região norte da cidade. [A compra dos terrenos já está acertada com os proprietários e o movimento está no aguardo da publicação.]



282-283

destinada para construção, na modalidade comum, se torna lucro para as construtoras, enquanto na modalidade Entidades torna-se qualidade de construção. Em artigo com análise mais crítica dessa parcela do programa, Cibele Rizek e Caio de Santo Amore (2013, p. 5) apontam que:

Nesse cenário de retomada da ação do Estado [na produção habitacional], a alternativa que restou aos movimentos, ou o posicionamento político que os mesmos adotaram na interlocução e nos embates com um governo que apoiam amplamente, para que pudessem de algum modo “participar da festa”, foi cavar no MCMV uma modalidade para as Entidades, utilizando as bases do Programa Crédito Solidário, o mesmo fundo [Fundo de Desenvolvimento Social - FDS], agora alimentado com recursos da União, as mesmas condições objetivas que estruturam a prática autogestionária desde pelo menos a experiência paulistana dos mutirões do final da década de 1980: proposição dos empreendimentos pelas associações (chamadas Entidades Organizadoras) e responsabilização pelos contratos, atendimento integral das famílias beneficiárias organizadas ou indicadas pela entidade, liberação antecipada das parcelas do cronograma físico-financeiro - tendo em vista que as proponentes não dispõem de fluxo de caixa para realizar a obra e medi-la posteriormente, como ocorre normalmente com as construtoras (grifos no original).

Os autores indicam, ainda, verificar-se “uma *produção absolutamente residual* das Entidades, participando com apenas 0,36% das unidades concluídas, 0,18% das unidades entregues e 0,25% do volume de recursos investidos” (RIZEK; AMORE, 2013, p. 8, destaque no original). E também mapeiam as principais entidades que conseguiram realizar seus projetos habitacionais e, sobre isso, explicam: “é notável a expressiva participação não só de entidades originárias da luta pela moradia e pela Reforma Urbana, como também ligadas à assistência social ou a sindicatos” (RIZEK; AMORE, 2013, p. 10). Um dos líderes do MLNR nos explicou sua compreensão da importância do Programa na categoria Entidades (Quadro 2).

O MLNR conseguiu realizar todas as infindáveis etapas para adquirir os recursos para a construção de dois conjuntos habitacionais com 160 unidades habitacionais cada, totalizando 320 domicílios. Segundo o site

Marcelo – Diferente do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial, o Faixa 1 do MCMV, aquele convênio Prefeitura e Construtora) que é tudo ao deus-dará, as construtoras querem explorar comercialmente, eles fazem casa pra pobre, então não estão nem aí, não tem fiscalização nenhuma.

De 2009 pra cá, eu tenho acompanhado todos os MCMV de Ribeirão, eu sempre estive do lado, fiscalizando e tudo, e não tem um cuidado, tem muito vício de obra, você vê que não tem um conjunto que eles entregam que não tem problema de vazamento, de trinca, de várias coisas. Já o Entidade é diferente, porque já tem as pessoas interessadas.

Recentemente, a gente esteve no Rio Grande do Sul e a gente viu como funciona, os moradores vão fiscalizar a obra, eles sabem que vai ser deles ali. O material que está no memorial descritivo é aquilo que vai ser colocado. No FAR não é isso, eles colocam material de pior qualidade, já no Entidade não. Tem as comissões que vão fiscalizar a obra, que vão comprar material, eles vão ficar de olho, porque vai ser pra eles o material.

Quadro 2. Fala de liderança do Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR). Fonte: Rizzatti (2020).

284-285

da entidade¹², o Ministério das Cidades publicou no Diário Oficial, do dia 27 de fevereiro de 2018, a Portaria n. 162, com a seleção das entidades e dos projetos aptos para receber a construção da obra, dentre as quais estava selecionado o MLNR. Foi dado um prazo de 30 dias, renováveis por mais 30, para a entrega da documentação, incluindo todos os projetos arquitetônicos e executivos da obra, além da documentação de todas as famílias que seriam atendidas pelo projeto. Trata-se de uma quantidade enorme de documentos de alta precisão e caros para serem obtidos.

Assim, contando com a ajuda da Assessoria Técnica, equipes da prefeitura; Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto (Cohab-RP); Secretaria Municipal de Assistência Social; e da própria

¹² Disponível em: <http://movimentolivre.rn.br/2018/06/movimento-livre-protocola-novamente.html>. Acesso em: 2 mar. 2020.

Caixa Econômica Federal, o movimento conseguiu adquirir toda a documentação necessária. Foram realizadas diversas estratégias pelo MLNR para conseguir pagar por essa documentação, como: almoços, rifas, participação em festas organizadas pelo poder público local, etc.

Entretanto, o governo federal cancelou todo o processo, argumentando que elaboraria uma nova portaria. Passados quatro meses, no dia 7 de junho de 2018, foi publicada a Portaria 367 estabelecendo o regulamento do novo processo de seleção. O Movimento, então, entregou novamente toda a documentação necessária e foi escolhido.

No dia 25 outubro de 2018, entregaram, mais uma vez, todos os documentos exigidos para liberação do início do projeto. Em 21 de novembro de 2018, foi assinado, pela Caixa Econômica Federal, o convênio para garantir o repasse, no valor de R\$ 465.952,38, para o início das obras da primeira fase do programa, com 160 unidades habitacionais. O investimento total foi calculado, nesse período, em R\$ 17.180.000,00, que beneficiariam aproximadamente 800 pessoas, com o total de 320 unidades habitacionais.

Desde então, nenhuma verba foi liberada pelo governo federal e o MLNR vem organizando estratégias de pressão da Câmara de Vereadores, da PMRP, para que levem a demanda pela liberação dos projetos, aprovados pelas Portarias 595 e 597, do Ministério das Cidades, para as instituições superiores (como o Senado e a Câmara dos Deputados).

Destaca-se, ainda, sobre a fala da liderança do MLNR (Quadro 1), a importância dada na constituição formal do movimento (o líder denominou como “tornar-se entidade”), que ocorreu 9 anos após o seu início. Essa valorização demonstra como é importante atingir esse patamar para então aprimorar a luta pela moradia. Além disso, a demora para conseguir-lo pode indicar a necessidade de acumulação de conhecimento de como fazer a luta; quais estratégias as fortalecem; e como efetivá-las.

Devido à complexidade existente nos trâmites burocráticos para constituir uma associação formal – que tende a ser ainda mais complexo para a população que possui menor escolaridade, como é o caso de grande parte das lideranças de movimentos por moradia –, conseguir formalizar-se é uma vitória da luta social.

Outro destaque da fala do líder (Quadro 1) foi o retorno do Conselho Municipal de Moradia Popular, no ano de 2004. Esse fato foi destacado por todas as lideranças entrevistadas, de diferentes movimentos da

luta por moradia na cidade, por se tratar de um importante local para a disputa das políticas municipais, voltadas para a moradia popular. Entretanto, segundo as atas do Conselho, foi apenas em 2009 que o Conselho realmente voltou a ocorrer, pois, entre 2004 e 2009, era formado somente por secretários da prefeitura que se ausentavam da reunião.

Dessa maneira, distingue-se o MLNR por demonstrar as importantes dimensões que podem atingir uma organização que teve início com pessoas que não tinham, praticamente, nenhum conhecimento da legislação urbana e habitacional em nenhum dos seus âmbitos e, 20 anos depois, estão organizadas a ponto de terem a organização selecionada para a pequena parcela de projetos financiados pelo MCMV - Entidades.

O fato de o Programa não ter ainda liberado o capital necessário para o início das obras não pode ser visto como um fracasso da organização, mas sim da política habitacional, em âmbito nacional, e dos prejuízos sociais vividos pelo país, desde 2016. Além disso, não se teve acesso a nenhuma pesquisa que citasse o MLNR e consideramos de grande importância auxiliar na construção dessa história e na manutenção dessa memória popular que pode ser facilmente apagada.

Assim, para finalizar a análise dessa década, apresentamos, na Tabela 1, os dados disponibilizados no Atlas de Desenvolvimento do Brasil, no qual consta a população pobre e extremamente pobre em Ribeirão Preto, para o período entre 1991 e 2010. Ou seja, englobando todo o período analisado neste capítulo.

É notável como a porcentagem de pessoas extremamente pobres¹³ quase dobra, entre 1991 e 2000, indo de 0,81% do total populacional para 1,52%; enquanto na década seguinte cai a menos da metade, chegando a 0,61%. Já o índice de pobres cresce de 4,73% da população, em 1991, para 5,95%, em 2000; e, na década seguinte, decresce para menos da metade, e 2,95% da população passa a ser considerada em situação de pobreza. Ou seja, em quantidades absolutas, no ano de 2010, a população pobre (aproximadamente 15.117 habitantes) é inferior ao contingente de 1990 (ao redor de 20.524 habitantes).

13 Segundo o IBGE, é considerada população extremamente pobre aquela que vive com menos de meio salário mínimo por mês, ou com menos de 1,90 dólares por dia.

	1991	2000	2010
População Extremamente Pobre	0,8% (3.493 habitantes)	1,5% (7.574 habitantes)	0,6% (3.628 habitantes)
População Pobre	4,7% (20.524 habitantes)	5,9% (29.790 habitantes)	2,5% (15.117 habitantes)

TABELA 1. População extremamente pobre e população pobre em Ribeirão Preto-SP.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento do Brasil (2013).
Organização: autoria própria (2020).

Sabe-se que esses dados, por si, não explicam muita coisa, entretanto, permitem levantar a hipótese de que houve um arrefecimento do empobrecimento da população devido às políticas públicas implantadas no país, com destaque para os programas federais Fome Zero e Bolsa Família, que deram acesso à população mais pobre do país (SILVA, 2017).

Entretanto, esse processo foi interrompido na segunda década do século XXI a partir, entre outros fatores, da crise econômica que atingiu o país, com a redução dos preços das *commodities* e pelo questionável *impeachment* realizado contra a presidenta Dilma Rouseff, em seu segundo mandato (PT/2015-2016). Serão vistos seus desdobramentos na política urbana de Ribeirão Preto, com destaque para a intensa constituição de novas ocupações urbanas, principalmente a partir da segunda metade da década.

Serão retomadas, de maneira sintética, as possíveis influências do programa federal MCMV, acompanhado pela política de intensas e violentas remoções dos assentamentos precários que culminou no perverso Plano de Preservação do Patrimônio Público Municipal (PPPPM) (Lei Complementar n. 268/2016) para analisar o final do período delimitado.

A PERIFERIZAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO NA DÉCADA DE 2010: PROGRAMA DE DESFAVELAMENTO, NOVA LEI DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E A UMM

Para analisar o processo de periferização resultante da urbanização corporativa de Ribeirão Preto, na última década, será enfatizada a duplicação do número de assentamentos precários na cidade (PLHIS, 2021). Essa nova explosão de ocupações e favelas instigou a implantação de políticas de remoção, que se autointitularam como “conservação do patrimônio público”, “solução de remoção” e até mesmo a conhecida “reintegração de posse”, que buscam todas os mesmos fins: a instituição da política do terror e do medo para a população de baixa renda, além de fomentar um círculo vicioso de pobreza.

Um caso emblemático disso, em Ribeirão Preto, foi o Programa Municipal de Desfavelamento, iniciado em 2009, que levou à remoção, com extremo uso de violência por parte da Polícia Militar de, pelo menos, cinco assentamentos. No ano e 2016, foi implantado o Plano de Preservação do Patrimônio Público Municipal (PPPPM), cuja intenção era criminalizar as ações de ocupações de terras urbanas, inclusive autorizando o uso de violência por parte da Guarda Civil Municipal e da Polícia Militar.

Ambas as políticas apoiaram-se justamente na implantação do programa federal MCMV, que também reproduziu e aprofundou os espaços opacos. Isso ocorre porque o poder público justifica as remoções na existência de uma política habitacional em funcionamento. Porém, a velocidade com que se agrava a crise habitacional e a de implantação do programa não são sincronizadas. Essa relação entre implantação de programa habitacional e intensificação das remoções, podendo ampliar a crise habitacional ao invés de arrefecê-la, não são uma novidade na história do país (MARICATO, 1996).

A partir de 2009, no primeiro mandato municipal de Dárcy Vera (DEM/2009-2012), instituiu-se um programa de desfavelamento, que teve como um dos principais focos a remoção de núcleos, com ênfase na região do aeroporto, onde se concentram os assentamentos precários mais recentes. Ao mesmo tempo, foi dado início à urbanização da favela Monte Alegre e da ocupação Jardim Progresso, com base no Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, de 2007, a partir do



Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁴. Foram enviadas, para os conjuntos habitacionais, 4,8 mil famílias, desde o início da política de desfavelamento, e realizada a inscrição das famílias no cadastro da Cohab-RP (RIZZATTI, 2020).

A partir da análise de reportagens de jornais¹⁵ constatou-se que foram removidas, das proximidades do aeroporto, parcial ou completamente, os núcleos de favelas denominados: Adamantina; Da Mata; Itápolis; e da Família (esta última não constava no PLHIS de 2010). No restante da região norte, foram removidas, parcial ou totalmente, as favelas denominadas: do Brejo; do Tanquinho; Vila Elisa; e Jardim Zanetti. No começo de 2014, constatou-se a remoção de 16 núcleos de favelas¹⁶. Diversos desses núcleos removidos foram novamente constituídos, poucos anos depois (NAJURP, 2017) demonstrando a falência da política habitacional municipal.

Devido a essas ações de retirada à força e violenta de pessoas, suas famílias e seus bens, formou-se, na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) da Universidade de São Paulo (USP), o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (Najurp), com o intuito de “fortalecer as

14 De acordo com o “Manual de Instruções dos Projetos Prioritários de Investimentos (PPI)”, elaborado pelo Ministério das Cidades para as ações denominadas como ‘Intervenções em Favelas’, válido para o período de 2007 a 2010, “os projetos de infraestrutura priorizados foram reunidos em três eixos estratégicos com destaque especial para Infraestrutura Social e Urbana, onde estão incluídos os Projetos Prioritários de Investimento – PPI para intervenção em favelas, sob responsabilidade do Ministério das Cidades, com a finalidade de executar ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social.” (p. 3). As intervenções deveriam ser amparadas pelo Ministério das Cidades e financiadas pela Caixa Econômica Federal. Foram diferenciadas dois tipos de ações: ação 1 – apoio a empreendimento de saneamento integrado em assentamentos precários em municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou municípios de mais de 150 mil habitantes; ação 2 – apoio à urbanização de assentamentos precários. Ribeirão Preto é considerada, no documento, um dos municípios de mais de 150 mil habitantes, posto que, quando da sua elaboração, ainda não havia sido institucionalizada a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, o que aconteceu apenas em 2016.

15 Notícia G1, portal on-line, do dia 10/6/2012, intitulada “Remoção pode deixar 17 famílias sem casa em Ribeirão Preto/SP”. Notícia da Folha de S. Paulo, do dia 14/10/2010, com título “Remoção de 3 favela começa ainda neste ano”. Acesso em 11 ago. 2018.

16 Notícia Cidade On, portal on-line, do dia 5/1/2014, intitulada “26 mil famílias e 1 sonho em Ribeirão: casa própria”. Acesso em: 11 ago. 2018.

ocupações urbanas da cidade na luta pela garantia do direito à moradia digna” (NAJURP, 2017, p. 9). Esse grupo tem oferecido assistência às ocupações que sofrem ameaça de remoção.

O documento elaborado por ele trata da análise dos casos de remoção das favelas João Pessoa e Nazaré Paulista, ambas localizadas na região do aeroporto. São demonstradas, nesse documento, diversas ilegalidades dos próprios representantes da lei que, por exemplo, evitam informar, à população, dados de audiências públicas que serão realizadas para que possam se defender publicamente de remoções das áreas onde vivem. Um dos motivos de ser tão importante a retomada do Conselho Municipal de Moradia Popular (CMMP), já citada, é que, com a realização deles esse tipo de informação fica mais acessível para a população.

Segundo o respectivo estudo:

Essa pretensa política habitacional, marcada quase exclusivamente pelo *desfavelamento* e pelo deslocamento de famílias de comunidades para conjuntos habitacionais, foi e vem sendo direcionada principalmente às favelas localizadas no entorno do Aeroporto. As primeiras famílias a saírem dessas comunidades foram viver em habitações de interesse social que viriam a integrar os bairros Jd. Paiva, Jd. Dr. Paulo Gomes Romeu, Wilson Toni e Eugênio Mendes Lopes. Esses conjuntos habitacionais, contudo, logo passaram a apresentar inúmeros problemas. Em primeiro lugar, todos os referidos conjuntos encontram-se em áreas periféricas, quase sem conexão com a malha urbana já consolidada, e distantes de onde, de forma geral, seus novos habitantes trabalham e estudam. Além disso, foram construídos sem qualquer preocupação com a manutenção da unidade da comunidade nos novos locais, gerando o rompimento do vínculo dessas pessoas não só com o espaço onde viviam, mas, também, com seus antigos vizinhos. [...]. Desse modo, muitos são os que abandonam esses conjuntos habitacionais, voltando para as ocupações (NAJURP, 2017, p. 13, grifo no original).



290-291

Essa política de desfavelamento realizou sua última remoção em outubro de 2013, segundo notícias de jornais. No ano seguinte, foram noticiados o inchaço e aumento das ocupações pela cidade, como relata reportagem do dia 9 de outubro de 2014¹⁷:

17 Reportagem da Folha de S. Paulo, caderno Cotidiano (Ribeirão

Segundo a líder comunitária do Jardim Aeroporto [...] há pelo menos 140 novas construções, entre barracos e casas de alvenaria, no entorno do [Aeroporto] Leite Lopes [...]. O boom de barracos ocorre há dois meses [...]. Os invasores [sic] abriram novas “ruas” e há áreas em demarcação, com fitas que apontam futuras construções de barracos. Ações de extinção de favelas foram prioridade da primeira gestão da prefeita Dárcy Vera (PSD). Em outubro do ano passado [2013], a prefeita fez a última remoção no bairro.

No ano de 2016, quando foram constatados 56 núcleos de favelas (definição que junta as ocupações urbana e as favelas, na contagem), a pesquisadora Raquel Rolnik, após visita à cidade, escreveu em *post* em seu *blog*¹⁸:

No final de setembro, estive em Ribeirão Preto e visitei algumas comunidades em conjunto com o Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, a União de Movimentos de Moradia, o Núcleo de Assistência Jurídica da Faculdade de Direito da USP Ribeirão Preto, a Pastoral da Moradia e associações locais. Fiquei absolutamente chocada ao ver a situação habitacional da cidade, cuja precariedade eu não via há muitos anos no Brasil, apesar de estarmos falando de uma capital regional potente, considerada a Califórnia brasileira. [...]. São **famílias formadas principalmente por mulheres com crianças** vivendo em extrema vulnerabilidade. A narrativa delas é quase sempre a mesma: eu pagava aluguel, estava muito caro, meu marido ficou desempregado e a única alternativa foi vir para cá. Não há em Ribeirão alternativa de moradia digna e nem nenhuma política municipal para enfrentar essa questão (ROLNIK, 2016, destaque nosso).

No ano de 2017, a prefeitura indicou a existência de 96 assentamentos precários, com uma população aproximada de 43.981 pessoas que viviam em aproximadamente 8.600 domicílios. Com a elaboração do novo PLHIS-RP (2021), foram constatados menos assentamentos precários

Preto), intitulada “Sem obra no aeroporto de Ribeirão Preto, favelas ‘renascem’”. Tais fatos são apresentados, também, na reportagem dos mesmos jornal e caderno, divulgada no dia 9/10/2013, intitulada “Ribeirão Preto ‘congela’ ações de desfavelamento e núcleos aumentam”. Acesso em: 11 ago. 2018.

18 Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/direito-a-moradia/>. Acesso em: 6 ago. 2019.

(87), porém, que somam uma quantidade maior de domicílios (9.734), segundo o plano¹⁹. Nota-se como o dado de 4,8 mil famílias enviadas para os conjuntos habitacionais somam um contingente populacional consideravelmente inferior à população residente nos assentamentos precários.

Esse aumento indica um crescimento de 8,3%, ao ano, de população residindo nessas áreas, entre 2010 e 2019. É, assim, a segunda década com maior crescimento da população em assentamentos precários, ficando atrás apenas dos anos 1990 (com uma taxa de 24% ao ano entre 1993 e 2001). Segundo os dados disponibilizado na tese de Helena Rizzatti (2020), duplicou a quantidade de ocupações e favelas nos últimos dez anos, com a constituição de 44 delas nesse período. E, dentre essas, 40 se formaram entre 2016 e 2017 (equivalente a mais de uma ocupação por mês), desvelando não só a crise econômica vivida pelo país, mas a aguda crise habitacional pela qual passa o município.

A partir de 2017, com o início da gestão do prefeito Antônio Duarte Nogueira Junior (PSDB/2017-2020), foi acordado, na primeira reunião do Conselho Municipal de Moradia Popular (CMMP), que os movimentos sociais ativos na cidade suspenderiam as ações de ocupação e, em contrapartida, o poder público comprometeu-se a implantar políticas habitacionais de interesse social eficientes.²⁰ Um dos agentes envolvidos no acordo cumpriu sua parte e não houve novas ocupações, porém, o mesmo não ocorreu por parte dos compromissos assumidos pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (PMRP).

O movimento social que reivindicou grande parte das ocupações desse período foi a União dos Movimentos de Moradia (UMM), fundada na cidade de São Paulo, em 1987, a partir da articulação entre movimentos que atuam em áreas de favelas; cortiços; sem-teto; mutirões; ocupações; e loteamentos. Hoje, atua na capital do Estado de São Paulo e em sua Região Metropolitana e nas seguintes regiões do estado: Jundiá, Baixada Santista, Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto; sendo, essa última, a área de atuação mais recente, iniciada em 2012. Expõe-se, no Quadro 3, uma síntese de como se formou e os princípios dessa organização.

19 Como é possível verificar no PLHIS-RP (2021), alguns núcleos foram considerados conjuntamente, o que explica a redução no número absoluto de assentamentos precários com aumento na quantidade de domicílios instalados neles.

20 Constante na ata da reunião do CMMP do dia 27 de abril de 2017 e na qual a pesquisadora esteve presente. Ata da reunião disponível em: <http://ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/planejamento/cmmp-atas>. Acesso em: 18 out. 2020.



A UMM foi fundada em 1987 com o objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão e assim resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social. [...]

Sua atuação iniciou-se pela capital e Região Metropolitana e hoje atinge as outras regiões do estado [de São Paulo]. Sua forma de organização tem uma forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base [CEBs], de onde se originam grande parte de suas lideranças. Trabalha-se com grupos de base local, que se articulam regionalmente ou em nível municipal e se fazem representar nas instâncias estadual e nacional do movimento.

Sempre defendendo a proposta autogestionária, o direito à moradia e à cidade e a participação popular nas políticas públicas, a UMM organiza-se em torno desses princípios comuns que se traduzem em reivindicações, lutas concretas e propostas dirigidas ao poder público, nas três esferas de governo. Nesse sentido, tem enfrentado as diferentes gestões, ao longo desse tempo, buscando a negociação e a ação propositiva, sem deixar de lado as ferramentas de luta e pressão do movimento popular.

Desse trabalho, resulta a conquista de cerca de 30 mil moradias construídas em mutirão ao longo dessa caminhada, diversas favelas urbanizadas e prédios reciclados para fins habitacionais. Além disso, tem influenciado na construção de programas e legislação habitacional, como atualmente o faz no Plano Diretor que foi aprovado na Câmara Municipal de São Paulo. A UMM participa do Conselho Municipal de Habitação das cidades de São Paulo e Diadema.

Quadro 3. Principais informações da União dos Movimentos de Moradia (UMM). Fonte: União dos Movimentos de Moradia. Elaboração: autoria própria (2019). NOTA: disponível em <http://sp.unmp.org.br/>. Acesso em: 9 ago. 2019.

Como consta no Quadro 3, a estratégia de participar ativamente do poder público local, com destaque para os conselhos municipais, é de grande importância para a UMM. E foi com essa estratégia que ambos os movimentos mais ativos nessa frente de luta na cidade (a UMM e o MLNR) conseguiram ser conhecidos pela classe política ribeirão-pretana. Esse fator é essencial para pressioná-la para que, pelo menos, recebam as lideranças em reuniões, ação necessária para que se estabeleçam importantes acordos entre os movimentos e o poder público local.

Após a instituição da nova Lei Federal de Regularização Fundiária (n. 13.465/2017), a PMRP instituiu o Decreto n. 360, em 2017, que delimitou as regras para regularização fundiária e indicou 70 áreas para reintegração, sendo 35 áreas na modalidade especial, a Reurb-E (que somam 4.919 unidades habitacionais e é estimada uma população de 21.366 pessoas) e outras 35 áreas na modalidade social, a Reurb-S (atingindo 5.728 unidades habitacionais, nas quais estima-se que residem 25.600 pessoas). Esse decreto foi regulamentado pela Lei n. 2.858 de 2018, que versa sobre Regularização Fundiária Municipal.

Para a definição das áreas selecionadas para regularização na modalidade de interesse social (Reurb-S) o poder público local instituiu os “Critérios para Regularização Fundiária do Município”, que foram apresentados na reunião do CMMP, no dia 27 de fevereiro de 2018²¹, na qual estavam presentes lideranças da UMM e do MLNR, entre outras. Tais critérios foram: 1) quantidade de unidades habitacionais existentes no núcleo urbano informal; 2) antiguidade da implementação do núcleo urbano informal; 3) decisão judicial; 4) existência de recursos advindos de programas de habitação para fins de regularização fundiária de âmbito estadual ou federal já destinados a núcleos específicos; 5) a existência de processos administrativos na Secretaria de Planejamento e Gestão Pública contendo os projetos necessários para a regularização.

As lideranças questionaram esses critérios e as áreas escolhidas; entretanto, o Decreto n. 360 já havia sido implantado, instituindo-os, e não houve modificação na lei municipal que o regularizou posteriormente. Temos aqui uma derrota dos movimentos sociais em Ribeirão Preto.

Entretanto, após a emissão de uma reintegração de posse da comunidade Vila Nova União, uma das sete comunidades organizadas pela UMM, em 26 de setembro de 2018, com prazo de 4 dias para ser efetivada,

21 Estivemos presentes nessa reunião, enquanto público, e a ata está disponível em: <http://ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/planejamento/cmmp-atas>. Acesso em: 18 out. 2020.

os movimentos se manifestaram nas portas do Palácio Rio Branco, onde funciona parte da PMRP. Nessa manifestação, participaram tanto a UMM quanto o MNLR, embora este não tenha comunidades em etapa de remoção, e sua participação se deve ao apoio ao movimento e para auxiliar na negociação com o poder público. No Painel 1 (apresentado ao final do capítulo), constam algumas imagens da ocupação da prefeitura.

Após recusa dos representantes do Executivo de receber as lideranças para negociar, os movimentos sociais ocuparam o Palácio Rio Brando. Essa ocupação durou 24 horas e foi finalizada após o então secretário de Planejamento e Gestão Urbana, Edsom Ortega (PSDB), reunir-se com as lideranças dos movimentos sociais e instituir um novo Decreto Municipal (n. 150/2019), no qual foram definidas outras 14 áreas para aplicação de Reurb-S. Entre elas, constava a ameaçada comunidade Vila Nova União.

Essas novas comunidades selecionadas não correspondem necessariamente aos critérios definidos (e questionados) na Lei Municipal de Regularização Fundiária (n. 2.858/2018), sendo resultado da negociação feita a portas fechadas entre o poder público local e as lideranças dos movimentos sociais. Desse modo, vemos aqui considerável vitória dos movimentos sociais da cidade. Não se trata de uma vitória completa, pois outras comunidades seguem fora da lista da Reurb-S. Porém, tampouco se trata de uma derrota, posto que a inserção de 14 novos núcleos nessa lista fortaleceu suas lutas, instituindo, num documento público, o reconhecimento, por parte da PMRP, da possibilidade de regularização fundiária desses locais. Atende-se, com isso, ao terceiro elemento considerado pelo poder público para a definição de áreas a serem regularizadas por meio da modalidade de interesse social. Constitui-se, assim, enquanto um marco regulatório para essas novas áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto, ainda que o processo de urbanização corporativa siga ocorrendo em Ribeirão Preto e se atualizando, consideramos que o movimento social urbano se mostra como importante agente para disputar os rumos dessa urbanização e com capacidade de formação do espaço urbano. Essa disputa demonstra a atualização das estratégias de luta, nos casos analisados aqui, com a participação nos conselhos municipais que os aproxima do poder público local, dificultando que este elabore políticas que atendam exclusivamente às necessidades da burguesia local e das corporações em âmbitos local e nacional. Tal estratégia foi colocada em prática, na cidade, pelo MLNR,

que lutou para o retorno do CMMP, nos anos 2000, e pela UMM, que intensificou a participação dos movimentos no conselho, na década de 2010.

Elenca-se esse fato como importante estratégia na disputa dos rumos da urbanização, pois, ao participarem ativamente dos conselhos municipais, os movimentos conseguem: acessar dados atualizados; encontrar parte dos servidores públicos ampliando as possibilidades de terem algumas demandas atendidas, assim como de pressioná-los para tal; estar no mesmo cenário institucional que outros agentes produtores do espaço urbano, possibilitando a comunicação entre eles; ampliar seus conhecimentos sobre a legislação em diferentes escalas; entre diversas outras possibilidades.

Além disso, a organização necessária para a ocupação da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, em 2019, de modo que não fossem confrontados violentamente pela Polícia Militar, para conseguirem suspender a ação de reintegração de posse da Vila Nova União e instituir um novo decreto, com a inserção de 14 novas áreas para futura regularização, indica a força que esses movimentos possuem, como agentes construtores do espaço urbano. Isso também é demonstrado pela história do Jardim Progresso, regularizado em 2019.

Essas vitórias apontadas são, entretanto, parciais, posto que cheia de limites. Ainda que não haja garantia de que essas outras regularizações sejam feitas e, caso sejam, há tendência de baixa qualidade de vida que elas proveriam à população residente na área, essas vitórias parciais fortalecem a luta dos movimentos sociais urbanos e instituem os marcos regulatórios necessários para a continuidade dessas lutas. Intenta-se, no capítulo, colocar ênfase na importância que esses movimentos possuem para disputar, ainda que de maneira limitada, os rumos da urbanização corporativa, ao lutarem pela melhoria das periferias urbanas e ao atualizarem constantemente as estratégias para essa luta cotidiana.







Painel 1. Manifestação no Palácio Rio Branco contra ação de reintegração de posse (2018). Fonte: Grupo de WhatsApp (2019).

referências bibliográficas

- ADAS, Sérgio. A luta pela vida e pelo espaço: Os trabalhadores sem-teto do Jardim Progresso. In: FERNANDES, Maria Esther (coord.). A cidade e seus limites: As contradições do urbano na “Califórnia Brasileira”. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, p. 205-302, 2004.
- BONDUKI, Nabil; KOWARICK, Lúcio. Espaço urbano e espaço político: Do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, L. (org.). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BRASIL. Lei federal n. 13.465, de 11 de julho de 2017. Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm. Acesso em: 09.ago.2021
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 2000.
- ELIAS, Denise. Globalização e agricultura: A região de Ribeirão Preto/SP. São Paulo: Edusp, 2003. 400p.
- FERNANDES, Maria Esther (coord.). A cidade e seus limites: As contradições do urbano na “Califórnia Brasileira”. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004.
- FIGUEIRA, Tânia. Produção social da cidade contemporânea: Análise dos condomínios urbanísticos e loteamentos fechados de alto padrão do subsetor sul de Ribeirão Preto/SP. 2012. 223p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2013.
- GASPAR, Tatiana; MIRANDA, Ana. Assessoria técnica em habitação de interesse social no jardim progresso: A construção de novas redes de ação prática em Ribeirão Preto/SP. SEMINÁRIO URBFAVELAS, Rio de Janeiro, 2016. Anais [...]. 18p.
- GOMES, Marcos Antônio. Produção do espaço, valorização diferencial do solo e desigualdade socioespacial urbana em Ribeirão Preto-SP. Geografar, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 58-76, 2011.

JACOBI, Pedro. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. Espaço & Debates, Neru: Cortez, n. 7, p. 53-69, out./dez. 1982.

LAURENTIIS, Laura. Moradores-em-ação: Constituição da paisagem no bairro Ribeirão Verde, em Ribeirão Preto-SP. 2010, 147p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), São Paulo, 2010.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Projetos prioritários de investimentos (PPI) – Intervenção nas favelas (2007-2010). Manual de instruções. Secretaria Nacional de Habitação. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. p. 1-21.

NAJURP. Núcleo de Assistência Jurídica de Ribeirão Preto. Relatório de direitos humanos: Análise do processo judicial de reintegração de posse das comunidades João Pessoa e Nazaré Paulista em Ribeirão Preto - SP. FDRP, USP, Ribeirão Preto, 2017. 64p.

NICOLAAS, Renee. A autogestão no programa minha casa, minha vida – entidades: Casos do fórum de cortiços e do movimento pró-moradia Mario Lago. 2017, 191p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de São Carlos (UFSC), Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, Valdeir. O espaço social em questão: O movimento de união dos sem-teto em Ribeirão Preto. 2005, 102p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Franca, 2005.

PIRES, José Manuel. O desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000. In: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE RIBEIRÃO PRETO - 1904-2004: Um espelho de cem anos. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004. p. 179-191.

RIBEIRÃO PRETO (SP). Plano local de habitação de interesse social (PLHIS). Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - SP, 2021. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/files/splan/planod/plano-plhis-anexo.pdf>. Acesso em: 09.ago.2021.

RIBEIRÃO PRETO (SP). Decreto n. 360, de 26 de dezembro de 2017. Diário Oficial. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento e Gestão Pública. Disponível em:

<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/files/splan/pdf/habitacao-decreto-360.pdf>. Acesso em: 09.ago.2021.

RIBEIRÃO PRETO (SP). Lei Complementar n. 2.858, de 28 de março de 2018. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento e Gestão Pública. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/planejamento/regularizacao-fundiaria>. Acesso em: 09.ago.2021.

RIZZATTI, Helena. Urbanização corporativa vista pelo avesso: Periferização, interseccionalidade e lugar – uma análise a partir das ocupações de terras urbanas. 2020. Tese (Doutorado) - Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas, 2020.

RIZEK, Cibele; SANTO AMORE, Caio. A inserção urbana através da produção do MCMV-Entidades no estado de São Paulo: Abordagem etnográfica de casos selecionados. III ENANPARQ, São Paulo, 2014. 22p.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: Algumas características de análise. Cadernos IPPUR, Ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

SANTOS, Milton. MetrÓpole corporativa e fragmentada: O caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 2009.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2017.

SANTOS, Regina Célia Bega dos. Movimentos sociais urbanos. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SILVA, Adriana. Cem anos de desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto. In: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE RIBEIRÃO PRETO - 1904-2004. Um espelho de cem anos. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004. 19p.

SILVA, Fernando Antonio da. A pobreza na região canavieira de Alagoas no século XXI: Do programa bolsa família à dinâmica dos circuitos da economia urbana. 2017, 321p. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: Práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 147-166.

ZAMBONI, Débora. A territorialidade do capital: Da fazenda ao condomínio, desenhando a cidade. 2018, 259fls. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território, UFABC, Santo André, 2018.

**ADRIANA CAPRETZ
BORGES DA SILVA MANHAS**

Arquiteta e Urbanista. Mestre em Engenharia Urbana e Doutora em Ciências Sociais pela UFSCar. Professora Associada III da Faculdade de Arquitetura Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. Membro do ICOMOS em quatro Comitês: Paisagem Cultural, Documentação do Patrimônio, Interpretação do Patrimônio e Paisagem e Risco). Líder do Grupo de Pesquisa RELU - Representações do Lugar e Coordenadora do Tatipirun Atelier de Criação de Produtos de Educação Patrimonial.

ANA LUISA MIRANDA

Arquiteta e Urbanista pelo Centro Universitário Moura Lacerda e com mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas na área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial. Professora do Centro Universitário Barão de Mauá e do Centro Universitário Moura Lacerda, nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e atualmente coordena o Escritório Descentralizado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, na Regional Ribeirão Preto. É sócia-fundadora do Instituto Território em Rede e atua nas áreas de Habitação de Interesse Social e Planejamento Urbano e Regional.

**CAROLINA
MARGARIDO MOREIRA**

Arquiteta e Urbanista graduada pela Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, pós-graduada [Mestrado e Doutorado Strictu Sensu] pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do



Urbanismo. Atualmente é professora na área de Planejamento e Projeto Urbano da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/UFV, em Minas Gerais.

DANILO BRICH DOS SANTOS

Mestre em Ciências na área de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP) e Bacharel e Licenciado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Experiência em pesquisa na área de Geografia Urbana, Geografia das Religiões e Urbanismo, em elaboração de materiais didáticos e docência em geografia.

DÉBORA PRADO ZAMBONI

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Estadual de Campinas, com mestrado na Universidade Federal de São Carlos e doutorado na Universidade Federal do ABC na área de gestão e planejamento do território. Professora da Universidade Paulista e da Universidade de Ribeirão Preto nos cursos de arquitetura e urbanismo. Pesquisadora na área de planejamento urbano.

HELENA RIZZATTI

Doutora, mestra, licenciada e bacharel em Geografia pelo Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente em ensino básica e superior de instituições públicas e privadas. Pesquisadora nas áreas de Geografia Urbana, Planejamento Urbano e Territorial e Estudos de Gênero.

RODRIGO DE FARIA

Arquiteto e Urbanista. Mestre e Doutor em História pelo IFCH-UNICAMP. Professor Associado III no Departamento de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Membro da Rede Urbanismo no Brasil. Pesquisador dos Grupos CACAL-CNPq e CIEC-CNPq e Coordenador do GPHUC-CNPq. Pesquisador CNPq-PQ/2.

TATIANA DE SOUZA GASPAR

Arquiteta e Urbanista pela Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (2009). Doutora pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2022) e mestre pela Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (2013), com pesquisas na área de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista, campus Ribeirão Preto. Pesquisadora nas áreas de preservação do patrimônio cultural e habitação coletiva.

VERA LUCIA BLAT MIGLIORINI

Arquiteta e Urbanista (FAUUSP) Mestre e Doutora em Engenharia e Planejamento Urbano (EPUSP). Pesquisadora do IPCCIC - Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais e docente dos cursos de Arquitetura e Urbanismo dos centros universitários Moura Lacerda e Barão de Mauá, em Ribeirão Preto. Pesquisadora dos grupos do CNPq: Arquitetura, Arte e Cidade; e Memórias, Identidades e Políticas Públicas. Presta consultoria em planejamento e projeto do espaço urbano.

